

**ILMO. SR. PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO ESPORTE CLUBE
VITÓRIA – DR. FÁBIO RIOS MOTA**

RECEBIDO
24/05/21
MM

LUÃ DE ALMEIDA DE OLIVEIRA SOUZA, brasileiro, maior, casado, residente e domiciliado nesta Capital, portador do CPF/MF nº 052.916.565-14, membro integrante desse Conselho Deliberativo, vem, respeitosamente, perante V.Sª, expor e requerer o seguinte:

O aparente desentendimento interno vivenciado no Clube entre o Conselho Diretor e o Conselho Fiscal fora exposto em reunião desse Conselho, o que motivou a constituição de uma comissão especial para fins de averiguar a respeito de uma suposta dificuldade do Sr. Jailson Reis obter acesso a documentos e, conseqüentemente, de proporcionar que o órgão que dirige exerça a sua função estatutária.

Em se tratando de âmbito próprio para solução de demandas internas do Clube, a revelação da pretensa dificuldade encontrou eco nas previsões estatutárias, norte para as discussões e encaminhamento de soluções de matéria de interesse exclusivo do Esporte Clube Vitória. Tanto por isso, que fora constituída comissão especial para apuração dos fatos.

De outro modo, o Sr. Presidente do Conselho Fiscal, ao também ponderar a respeito da impossibilidade de cumprimento de prazos estatutários por força de suposta omissão do Conselho Diretor, resolveu, também, torná-lo público, o que motivou a emissão de uma nota de esclarecimento, expressando o constrangimento do Clube em relação a publicidade do fato.

Não satisfeito, ou incomodado com a revelação da inconsistência legal da sua irresignação, ele resolveu ir mais além. Passou a externar

outras questões internas, com revelação da existência de contratos de mútuo e pagamentos que, ao seu ver, não deveriam ser priorizados, novamente em afronta a esse Conselho Deliberativo – *órgão competente para tais deliberações* – e absoluta desconsideração com o nome do Clube, eis que permitindo ilações de toda ordem em face de suas colocações.

Contudo, Sr. Presidente, esses posicionamentos agridem o Estatuto do Clube, os seus órgãos internos – *com competências especificadas para solução das questões publicizadas* – e o próprio Clube que, no momento que atravessa, o que menos necessita é de exposição inconsequente por parte de quem deveria adotar comportamento consentâneo com a função que exerce.

Dispõe o art. 54 do Estatuto do ECV, o seguinte:

"Art. 54. Ficarà sujeito à perda do cargo o membro do Conselho Fiscal que:

I – omissis;

II – omissis;

IV - praticar ato atentatório aos interesses ou ao bom nome do VITÓRIA;

V – omissis;

VI - fizer uso de qualquer meio de comunicação para veicular expressões ofensivas ao VITÓRIA ou aos membros dos seus órgãos, ou para divulgar informações da vida administrativa do VITÓRIA, de caráter reservado, ou sobre assunto ou informação reservada pendente de apreciação por qualquer um dos poderes."

A infração estatutária aos incisos IV e VI, do art. 54, do referido diploma interno, resta evidente, **(1)** seja porque as suas declarações públicas representam ato atentatório ao bom nome do Vitória, na medida em que expõe desnecessariamente a atuação administrativa e dos órgãos internos do Clube; **(2)** seja porque se utiliza de meio de comunicação para divulgar informações da vida administrativa da Instituição, de caráter reservado, eis que não se pode entender como públicos contratos de empréstimos formalizados e definição interna de prioridades de pagamentos; **(3)** seja porque expõe assunto reservado – *a dificuldade acesso a documentos contábeis* – pendente de apreciação por esse próprio Conselho Deliberativo,

que, na hipótese, já havia, inclusive, constituído comissão para apurar a eventual dificuldade externada.

Não é demais trazer à recordação que, em momento recente, com publicidade bem menos expressiva promovida por conhecido Conselheiro do Clube, mesmo com a renúncia por ele ofertada, esse Conselheiro Deliberativo resolveu expulsá-lo do seu quadro, deixando destacada a lição de que não se tolerará a exposição de assuntos internos do Clube nos meios de comunicação, principalmente por quem tem o dever de resguardar os interesses da Instituição.

Sem prejuízo de eventuais outras publicações envolvendo a exposição desnecessária do Clube, mas, de logo, com os documentos em anexo, serve a presente para requerer seja recebida a presente **REPRESENTAÇÃO** contra o Sr. Presidente do Conselho Fiscal, nos moldes dos fundamentos alinhados, processando-a nos termos estatutários, para fins de submetê-la a julgamento, quando deverá ser declarada a perda do seu cargo.

P. deferimento.

Luã de Almeida Oliveira Souza

LUÃ DE ALMEIDA DE OLIVEIRA SOUZA



Presidente do Conselho Fiscal do Vitória revela pagamento a empresa com parte da venda de Diego Rosa

Autor(a): Redação Galáticos Online (Twitter - @galaticosonline) em 07 de Maio de 2021 21:30

Foto: Bruno Pacheco/CBF



A venda de Diego Rosa ao Manchester City, da Inglaterra, pelo Grêmio, encheu o torcedor do Vitória de esperança por dias melhores para o clube. É que o volante foi revelado na base do Rubro-Negro.

Inicialmente, o Grupo City, dono do clube inglês, pagou 6 milhões de euros (cerca R\$ 30 milhões de reais), mas o valor pode chegar a 23,5 milhões de euros, aproximadamente R\$ 154 milhões, caso metas sejam alcançadas pelo jogador.

Do valor inicial, o Leão tem direito a R\$ 9 milhões. Já em caso das metas serem alcançadas, pode chegar a aproximadamente R\$ 46 milhões.

Em entrevista ao repórter Anderson Matos, no programa Nação Rubro-Negra, da rádio Itapoan FM, o presidente do Conselho Fiscal do clube, Jailson Reis, revelou que R\$ 3 milhões foram transferidos pelo Vitória para uma empresa que teria feito um empréstimo ao clube.

"A venda de Diego Rosa foi feita pelo Grêmio sem intermediários. O Vitória recebeu, inicialmente, R\$ 5 milhões e fração. Só que desses R\$ 5 milhões o Vitória fez pagamento a uma empresa chamada Magnum, que fez um empréstimo ao Vitória em 2019, de R\$ 3 milhões. Ele (Paulo Carneiro) colocou como garantia recebíveis da CBF. No contrato desse empréstimo, estava previsto que o pagamento teria que ser feito à Magnum. Mas a Magnum teria terceirizado. O valor foi pago a uma terceira pessoa. E ainda restam 150 mil euros a serem pagos a essa Magnum. Agora, dizem que esse valor vai sair do restante da venda de Diego Rosa, mas no contrato inicial diz que seria de valores a serem recebidos da CBF", disse.

Diego Rosa se apresentou ao Manchester City no início do ano. Inicialmente, o volante foi emprestado ao Lommel SK, da Bélgica, para adquirir experiência.

Lido 134

Share

Print

Whatsapp (whatsapp://send?)

text=Presidente+do+Conselho+Fiscal+do+Vit%C3%A3%C2%B3ria+revela+pagamento+a+empresa+com+parte+da+venda+de+Diego+Rosa+...
:2F2021%2F97852%2Cpresidente-do-conselho-fiscal-do-vitoria-revela-pagamento-a-empresa-com-...
rte-da-venda-de-diego-rosa.html)

de um Comentário

Galáticos Online. A responsabilidade é do autor da mensagem.

Sort by Oldest





Você está em: / Home (/) / Esportes (/esportes/) / E.C. Vitória (/esportes/vitoria.html)

Quarta, 12 de Maio de 2021 - 07:00

Presidente do Conselho Fiscal vê falta de transparência na gestão de Paulo Carneiro (/esportes/vitoria/23888-presidente-do-conselho-fiscal-ve-falta-de-transparencia-na-gestao-de-paulo-carneiro.html)

por Milena Lopes / Glauber Guerra



Jailson Reis Vitória é presidente do CF | Foto: Jailson César / Ag. Haack / BN

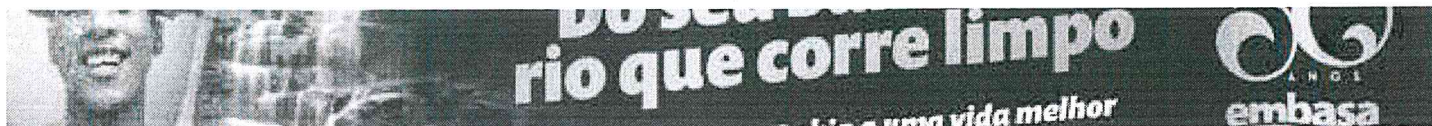
O presidente do Conselho Fiscal, do Vitória, Jailson Reis Vitória, se diz preocupado pelo fato de Paulo Carneiro, mandatário da agremiação, ter adiado por sete meses a publicação das demonstrações financeiras do clube ([saiba mais aqui \(https://www.bahianoticias.com.br/esportes/vitoria/23876-paulo-carneiro-rebate-conselho-fiscal-e-diz-que-apresentara-documentacao-no-dia-14-de-maio.html\)](https://www.bahianoticias.com.br/esportes/vitoria/23876-paulo-carneiro-rebate-conselho-fiscal-e-diz-que-apresentara-documentacao-no-dia-14-de-maio.html)).

"Vejo com preocupação a atitude do Conselho Diretor referente a esse assunto. Mesmo porque ele teria que fazer a publicação, trata-se de um regimento interno do clube. O decreto que ele está se baseando é, tão somente, de prorrogação, não quer dizer que ele teria que cumprir essa prorrogação", disse em entrevista ao programa BN na Bola, da Rádio Salvador FM 92,3.

Na semana passada, o presidente do Vitória anunciou que apresentará as documentações pendentes na próxima sexta, faltando apenas um dia para a reunião que terá, entre as discussões a serem pautadas, as finanças da agremiação. Com isso, o Conselho Fiscal não conseguirá apresentar as suas documentações com prestação de contas do clube. Segundo Jailson, a reunião ordinária marcada para sábado (15), que irá julgar as contas de Paulo Carneiro do exercício de 2020 será adiada.

"Existe um grau de dificuldade de emitir o parecer porque a documentação solicitada não foi disponibilizada ainda. A auditoria não entregou o relatório, segundo o Conselho Diretor, ele vai entregar no dia 14, na véspera, então não há condição nenhuma de você analisar o que vai ser entregue. E também, o relatório do Conselho Diretor não foi encaminhado. Provavelmente não haverá prestação de contas nesse dia", declarou. "Provavelmente, ela [a reunião] será adiada e eu vou estar pedindo um prazo para que seja analisado e depois vamos encaminhar o parecer juntamente com as recomendações do Conselho Deliberativo", completou Jailson.

Ainda que a pauta do Conselho Fiscal na reunião ordinária seja adiada, o presidente do órgão interno rubro-negro, explicou que a reunião extraordinária deve ser mantida. A pauta é para apurar o processo de Paulo Carneiro contra o Vitória S/A ([relembre aqui \(https://www.bahianoticias.com.br/esportes/vitoria/23844-paulo-carneiro-teria-forjado-contrato-com-o-vitoria-sa-para-cobrar-indenizacao-diz-juiza.html\)](https://www.bahianoticias.com.br/esportes/vitoria/23844-paulo-carneiro-teria-forjado-contrato-com-o-vitoria-sa-para-cobrar-indenizacao-diz-juiza.html)).



Ele ainda esclareceu que existe a possibilidade de que a retirada da pauta do Conselho Fiscal seja negada, mas que, é preciso reconhecer todos os erros que estão envolvidos.

"Existe uma possibilidade, mas aí vai ter que seguir o rito estatutário de tudo. Mas, eu entendo que o Conselho Diretor cometeu uma falha seguindo a Lei Pelé. Diante disso, existe uma discussão para poder chegar ao entendimento jurídico de qual a situação mais benéfica para o clube. Então, não temos que pensar no direito do presidente, temos que pensar no direito do clube, que está acima dele. Ele tem que entender que o clube não pertence a ele, pertence aos sócios e aos torcedores", reforçou.

Apesar da conduta do presidente do clube, o dirigente do Conselho Fiscal esclareceu que, mesmo que sejam comprovadas falhas e descumprimentos na execução da função do dirigente do Vitória, o afastamento não deve acontecer imediatamente.

"Não está previsto isso na reunião do Conselho. Tudo acontecerá dentro do parecer que vai ser dado e levado ao Conselho. As atitudes serão tomadas a partir dali, não nessa reunião", explicitou.

Sobre outras denúncias abertas pelo próprio Jailson Reis sobre Paulo Carneiro, ele completou que esses aspectos não entrarão em discussão na próxima reunião. "A Comissão está designada para fazer o levantamento da denúncia, já tive uma conversa com a comissão, apresentei alguma documentação e agora estamos seguindo o rito normalmente. Eles têm um prazo de 30 dias para emitir um relatório", detalhou.

Dentre os problemas de transparência e organização sobre as finanças do Leão, o presidente do Conselho Fiscal citou alguns exemplos de situações que exemplificam os problemas existentes dentro da agremiação.

"Os contratos do Vitória são todos pulverizados no clube. É uma falta de organização gerencial. O Vitória hoje não tem uma gestão que você possa dizer que exemplo para clube de futebol. Foi solicitado ao conselho deliberativo que os contratos todos assinados pelo Vitória fossem, de agora em diante, todos ou digital ou eletrônico e que caíssem diretamente no sistema para facilitar o Conselho Deliberativo deve levar isso aos conselheiros já que o diretor não acata essa recomendação", comentou.

Uma situação que teria rendido boas arrecadações ao Vitória, mas que também não está esclarecido, são os valores sobre a venda de Diego Rosa. A movimentação teria rendido em torno de R\$ 9 milhões ao clube, mas os valores já teriam envolvimento no pagamento de um empréstimo que não condiz com documentos, até agora, apresentados ao Conselho Fiscal.

"Na verdade, o Conselho Diretor fez uma apresentação ao Conselho Deliberativo e tem alguns valores que precisam ser esclarecidos do primeiro recebimento R\$ 5 milhões. O de R\$ 3 milhões era um empréstimo que o Vitória tinha com a Magno, de 2019, que quitou com esse valor o pagando com a empresa do nome Gold, sem o aditivo contratual, então foi só por um comunicado interno. Eu não quero me antecipar ao parecer do Conselho Fiscal, mesmo porque, vamos pedir um prazo para que seja apresentado tudo. O próprio Conselho Diretor emitiu um ofício já informando que aconteceu isso mesmo e que foi proveniente da venda de Diego Rosa e que a empresa teria 15% do valor recebido do clube. Entretanto, tem um contrato de multa que fala que a garantia dos direitos de recebimento da CBF. Então, é conflitante a informação do Conselho Diretor com o contrato que eu tenho em mãos. Ele ainda informa que o clube deve a essa empresa 150 mil euros. Na verdade o contrato é em real, então é tudo meio confuso", explicou.

Em casos de empréstimo, por exemplo, a fiscalização financeira do clube deveria ter conhecimento das movimentações. Mas, Jailson destaca um ponto falho dentro do estatuto do Vitória quanto a isso.

"Um clube transparente comunicaria. No caso da Vitória, não comunicou e o estatuto não prevê essa informação. O estatuto é frágil. Existe uma minuta de estatuto no Conselho Deliberativo que está para apreciar para levar para a AGE, mas até o momento não foi feito. Eu entendo que não pode demorar muito essa situação porque o clube realmente precisa que Conselho Diretor e qualquer órgão do clube tenham uma responsabilidade maior do que prevê o estatuto", declarou. "Teria que convocar primeiro os conselheiros, porque tem que ter um quórum. Foi tentado isso por duas ou três vezes e não teve o quórum", completou.

Dentre as dívidas que o clube acumula, o Vitória também tem pagamentos do Profut, que, segundo Paulo Carneiro estão sendo pagas conforme cobrança, que tiveram suspensões durante alguns momentos durante a pandemia.

"A relação do Vitória com Profut, os pagamentos não estão todos em aberto porque foi prorrogado um valor e saiu um decreto que está prorrogando os pagamentos. Acredito que o presidente deve cumprir esses prazos", admitiu.

Sem detalhes sobre a situação financeira do Vitória, Jailson Reis acredita que o Vitória pode ter tido um saldo positivo nas finanças de 2020, mas que, até agora, não é possível comprovar isso pelo Conselho Fiscal.

"A contabilidade não fechou o balancete, porque tem a questão dos auditores provavelmente eles devem estar preparando isso até sexta-feira, eu vou falar mais ou menos mas poderia cometer um equívoco, seria melhor esperar auditoria. A informação que eu tive é que o Vitória deu lucro no ano passado, mas não tive acesso ainda, eu tive essa informação de forma extraoficial, não cheguei a pegar os documentos", destacou.

Diante da situação de conflito de informações, membros do conselho de fiscalização já cogitaram sair do clube, mas ponderaram a necessidade do clube.

"Existe uma grande dificuldade entre o Conselho Fiscal e Conselho Diretor em entendimento. O que ficou acordado foi o seguinte: o Conselho Diretor ia deixar as informações já disponíveis para o Conselho Fiscal, só que isso não vem acontecendo e, diante de tantas dificuldades e algumas coisas que realmente nos deixam muito tristes, havia realmente uma possibilidade disso. Devido algumas pessoas terem pedido, e os próprios membros do conselho fiscal, não aceitem essa decisão, a gente decidiu concluiu o mandato porque o Vitória precisa ser passado a limpo, precisa de transparência, algo que a gestão do Paulo Carneiro não tá tendo", ressaltou.

"A gente precisa da transparência para que as pessoas se sintam confiantes a se associar ao clube, um clube que não é transparente afasta investidor, afasta sócio torcedor, tudo isso", finalizou o presidente do Conselho Fiscal.

A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke extending to the right.



Milena Lopes

Presidente do Conselho Fiscal vê falta de transp...

SOUNDCLOUD

Compartilhar

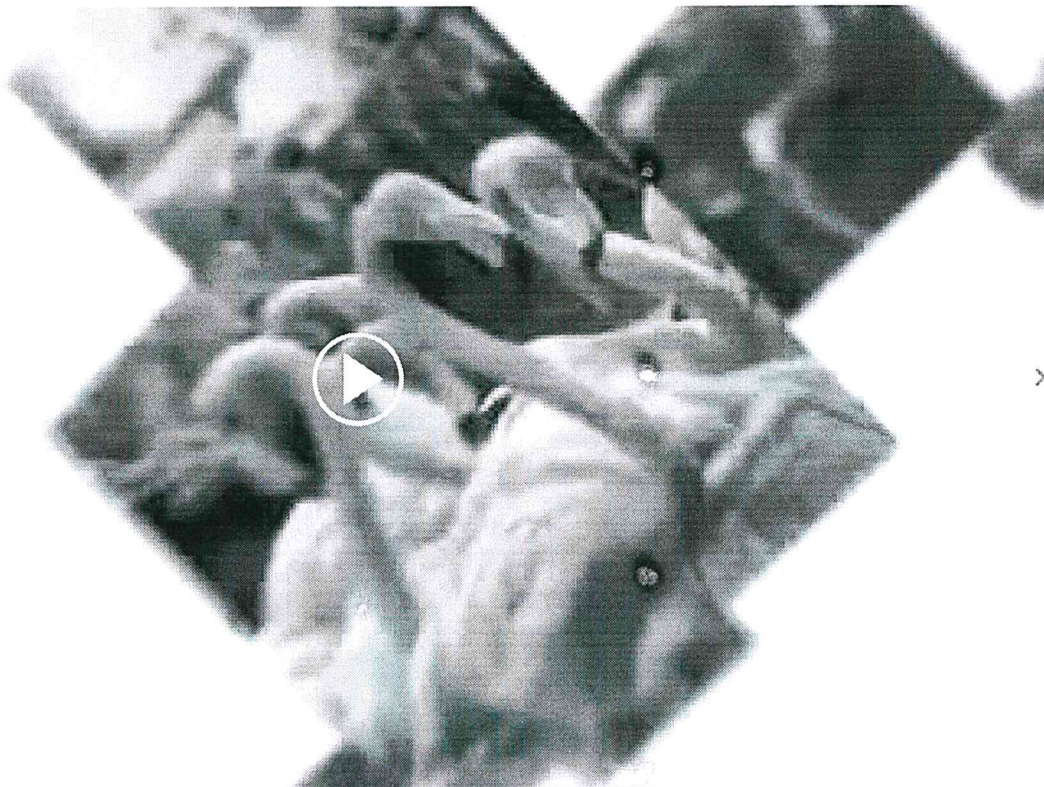


Política de Cookies

46

Milena Lopes (<https://soundcloud.com/milena-lobes-978469165>) · Presidente do Conselho Fiscal vê falta de transparência na gestão de Paulo Carneiro (<https://soundcloud.com/milena-lobes-9...>)

Quitar Compartilhar



00:00/00:59

Aviso: Os comentários são de responsabilidade dos autores e não representam a opinião do Bahia Notícias. É vetada a postagem de conteúdos que violem a lei e/ ou direitos de terceiros. Comentários postados que não respeitem os critérios podem ser removidos sem prévia notificação.